

OUTRO LADO

Deputado nega fraudes e ataca promotores

Tucano aponta erros na denúncia e diz que empréstimos explicam depósitos feitos em suas contas bancárias

DE SÃO PAULO

O deputado estadual Barros Munhoz (PSDB) rechaçou as acusações feitas pelo Ministério Público Estadual e acusou os promotores que o denunciaram à Justiça de agir por motivação política.

Em nota assinada por sua assessoria, ele disse que a movimentação em suas contas bancárias é compatível

com rendimentos que recebia como prefeito, mais aplicações financeiras e empréstimos que diz ter tomado em 2003, no valor de R\$ 586 mil. Segundo ele, os empréstimos foram declarados à Receita Federal em 2004.

Barros Munhoz disse que os contratos da prefeitura com a Conservas, classificada como empresa de fachada pela Promotoria, foram regulares. O TCE (Tribunal de Contas do Estado) aprovou os contratos em 2008.

O tucano afirma que as licitações apontadas como irregulares foram conduzidas por funcionários concursados. Alguns desses funcionários

também são citados na acusação da Promotoria. "Não há nada a esconder e o deputado tem certeza de que a Justiça lhe dará razão", diz a nota da assessoria.

Munhoz afirma que os promotores contabilizaram de maneira errada os depósitos que ele recebeu, ignorando transferências entre suas contas e somando duas vezes algumas transações.

Ele diz que recebeu R\$ 519 mil no período em que os promotores identificaram depósitos de R\$ 933 mil.

Sobre o fato de endossar cheques da prefeitura que foram sacados na boca do caixa, Munhoz afirmou que era

"uma prática da prefeitura", adotada "em casos muito raros" para o pagamento de fornecedores.

O tucano diz que nunca foi intimado a prestar depoimento e que se ofereceu para prestar esclarecimentos, apresentando a Justiça uma semana após a apresentação da denúncia.

Munhoz disse ver movimentação eleitoral nas investigações da Promotoria. O tucano afirmou que apresentou representações à Corregedoria do Ministério Público contra os promotores André Luiz Brandão, que assina a denúncia, e Adriano Andrade de Souza, que conduziu as

investigações. As representações foram arquivadas.

Os promotores não comentaram o caso sob o argumento de que corre em segredo de Justiça.

O ex-diretor do serviço municipal de água e esgoto Noé Massari não respondeu a e-mail enviado pela reportagem. A Folha não conseguiu encontrar Massari nem Sandro Pio, ex-assessor do gabinete da prefeitura.

A reportagem telefonou para o ex-secretário de Finanças Ademir Graclato, mas não conseguiu contatá-lo. Sua advogada disse que não poderia falar para não violar o segredo de Justiça.

“Não há nada a esconder e o deputado [Barros Munhoz] tem certeza de que a Justiça lhe dará razão”

O volume de empréstimos e seu fluxo de pagamentos são perfeitamente compatíveis com o patrimônio e a renda [do deputado]

TRECHO DE NOTA DA ASSessorIA DE IMPRESSA DE BARROS MUNHOZ

Fábio Ferreira/Folha



Casa em Mogi Mirim que constou como sede da Conservas

Apontada como fantasma, empresa é ignorada em Mogi

Vizinhos desconhecem existência da Conservas nos endereços que foram declarados como sedes

DO ENVIADO A TABAPIRA (SP) DE SÃO PAULO

A Conservas, empresa apontada como fantasma pelo Ministério Público de São Paulo, não funcionava nos endereços declarados, segundo disseram à Folha moradores e vizinhos dos locais.

No papel, a empresa de tetraplagagem foi criada em 1998 e extinta em 2004.

Segundo dados da Junta Comercial de São Paulo, a primeira sede da Conservas foi um imóvel no município de Mogi Mirim (a 151 km de São Paulo), no bairro Jardim Santa Helena.

No local, há uma casa e seu atual morador afirmou à reportagem que está na residência há mais de 15 anos, ou seja, antes do surgimento da Conservas.

"Essa empresa nunca existiu aqui. Não sei por que chega correspondência na minha casa. Já pedi até providências da prefeitura", disse o morador, que pediu para não ser identificado.

"A pessoa que morava antes de mim também ficou muito tempo no imóvel. Ela que construiu a casa."

O morador também afirmou desconhecer os ex-pro-

prietários que constam dos registros da Conservas.

MUDANÇA

Em 1999, a empresa teve sua sede alterada. No novo endereço, também em Mogi Mirim, existe outra casa. Este endereço também constava como sendo o da residência de uma ex-proprietária da Conservas.

A empresa e a ex-sócia são desconhecidas da atual moradora (há cinco anos no lugar) e dos vizinhos.

"Conservas? Estou aqui há 20 anos e nunca ouvi falar", disse um vizinho que não quis se identificar.

Sobre a Conservas, Barros Munhoz disse que o Tribunal de Contas do Estado aprovou os contratos da prefeitura com a empresa e que os serviços foram prestados.

“Essa empresa nunca existiu aqui. Até hoje chega correspondência da Conservas na minha casa, já até pedi providências”

vizinho à casa em Mogi

Advertisement for 'MUNDO PARA BRASILEIROS' featuring a large title, a photo of a couple, and a grid of small text blocks.